

Mailson inicia no Japão contato para lançar bônus no exterior

BRASÍLIA — Com a viagem do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega à capital japonesa, prevista para a primeira semana de julho, o Governo inicia a nova fase do processo de normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional. O Ministro da Fazenda terá a oportunidade de realizar os primeiros contatos formais com vistas ao lançamento de novos bônus brasileiros no mercado internacional.

O Japão é considerado uma área estratégica e promissora para a ofensiva brasileira de captação de recursos voluntários no mercado financeiro internacional, através de bônus, com portas fechadas para países devedores como o Brasil, desde a crise mexicana de 1982. A perspectiva do Ministério da Fazenda é colocar novos bônus em valores anuais da ordem de US\$ 2 bilhões (CZ\$ 378 bilhões).

Se cumprir-se o otimismo de reinserção da economia brasileira na área internacional, o Governo Sarney terá percorrido um longo caminho para chegar ao mesmo ponto. O

MAIORES CREDORES

(% do total da dívida)

Citicorp	3,93
Chase Manhattan	2,38
Lloyds Bank	1,99
Bank of América	1,75
Midland Bank	1,57
Manufacturers Hannover	1,44
Morgan Guaranty	1,41
Credit Lyonnais	1,25
Banque Nationale de Paris	1,12
Bank of Tokyo	1,10

processo vivido nesse período, que culminou com a declaração de moratória, apresentou intervalos de confiança na vitória das propostas brasileiras, que caíram por terra diante do esgotamento das reservas de moeda estrangeira do País.

Sob o comando econômico do então Ministro Dilson Funaro, o Governo chegou a comemorar vitória com a concordância dos bancos credores

de reescalonarem a parcela do principal da dívida de 1985 e 1986, e ampliar as linhas de curto prazo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi, ao longo desse tempo, o pomo da discórdia entre o Brasil e seus credores privados e oficiais. A ida ao FMI estava no centro da polémica mantida por Funaro com o Clube de Paris, que se negava a reescalonar os débitos brasileiros sem o aval do Fundo.

O sucessor de Funaro, Luis Carlos Bresser Pereira, também esteve às voltas com o dilema de negociar ou não um acordo com o FMI para ter acesso ao reescalonamento da dívida com os bancos privados. Ele foi o primeiro Ministro da Fazenda da Nova República a tratar com naturalidade a formalização de um acordo com o Fundo, embora procurasse desvinculá-lo completamente do acordo buscado com os credores privados.

Foi ainda Bresser que insistiu, junto ao Comitê Assessor dos Bancos,

na introdução de salvaguardas no acordo da dívida privada que protegessem o País contra variações bruscas do mercado internacional, como das taxas de juros ou dos preços do petróleo, o que acabou consagrado no protocolo concluído na semana passada. A proposta dos **exit bonds**, os chamados bônus de saída, também foi iniciativa do período de Bresser e também figura no protocolo.

O atual Ministro da Fazenda, ao contrário de seus antecessores, buscou desde o início uma relação harmoniosa com os bancos credores. Sob a gestão de Mailson, o Governo retomou os caminhos tradicionais da negociação da dívida, dando continuidade ao reatamento iniciado por Bresser Pereira. A desenvoltura com que Mailson da Nóbrega deu seqüência à retirada de cena da moratória declarada no ano passado acabou por render ao Governo Sarney o primeiro acordo de reescalonamento de longo prazo da dívida externa brasileira em sua gestão.